

A Educação que transforma vidas adultas: um estudo sobre o retorno econômico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Fabiana de Felicio



Pacto pela
Superação do
Analfabetismo
e Qualificação na Educação
de Jovens e Adultos

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

A Educação que transforma vidas adultas: um estudo sobre o retorno econômico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Fabiana de Felicio



Pacto pela
Superação do
Analfabetismo
e Qualificação na Educação
de Jovens e Adultos

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Publicado em 2025 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi/Ministério da Educação – MEC)

A Educação que transforma vidas adultas: um estudo recente sobre o retorno econômico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Autora: Fabiana de Felicio

© Ministério da Educação, 2025



Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-port). Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do Projeto Acordo MEC-UNESCO 914BRZ1157.

O estudo foi encomendado pelo Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) para realizar um mapeamento inédito acerca dos impactos financeiros da Educação de Jovens e Adultos na economia nacional.

Além de constituir um subsídio técnico, o referido estudo tem como finalidade ampliar o campo de pesquisas relacionadas à EJA e contribuir para a valorização dessa modalidade de ensino. Com esta publicação, o Ministério da Educação pretende estimular o debate qualificado e as reflexões acerca dos dados apontados, visando o aprimoramento da pesquisa e da política. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica, nome ou soberania de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e as opiniões expressas nesta publicação são as da autora e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA,
ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE
E INCLUSÃO (SECADI/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC)

Secretária

Maria do Rosário Figueiredo Tripodi

Diretoria de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

Ana Lucia Sanches (Diretora de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos)

Mariângela Graciano (Coordenadora-Geral de Educação de Jovens e Adultos)

Paulo Roberto de Sousa Silva (Coordenador-Geral de Alfabetização)

Coordenação técnica da representação da UNESCO no Brasil

Marlova Jovchelovitch Noleto (Diretora e representante)

Maria Rebeca Otero Gomes (Coordenadora do setor de Educação)

Lorena Carvalho (Oficial de projetos)

Revisão textual

LF Consultoria e Revisão Textual

Projeto gráfico e diagramação

Aeroestúdio

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Felicio, Fabiana de

A educação que transforma vidas adultas : um estudo sobre o retorno econômico da educação de jovens e adultos no Brasil / Fabiana de Felicio. – São Paulo, 2025.

ISBN 978-65-988495-0-4

1. Educação — Aspectos sociais — Brasil 2. Educação de Jovens e Adultos 3. Mercado de trabalho 4. Participação social 5. Políticas públicas I. Título.

25-296038.0

CDD 370.1

Índices para catálogo sistemático

I. Educação de jovens e adultos : Políticas públicas : Educação 370.1

Eliane de Freitas Leite – Bibliotecária – CRB 8/8415

Sumário

Educação como direito e alavanca para o desenvolvimento	4
O desafio da escolaridade de adultos no Brasil	7
A metodologia por trás dos resultados: entendendo o impacto real	24
Principais resultados: a educação que abre portas no mercado de trabalho	31
Considerações finais e implicações para políticas públicas	38

Educação como direito e alavanca para o desenvolvimento¹

Historicamente, a ideia de que a educação é um direito universal e um fator crucial para o desenvolvimento econômico é relativamente recente, ganhando força após a Segunda Guerra Mundial. Organizações como a ONU e a UNESCO, fundadas em 1945, foram pioneiras ao investigar como acelerar o desenvolvimento global, identificando uma forte ligação entre a escolaridade da população e o progresso econômico e social. Essa percepção impulsionou investimentos significativos em educação e estudos aprofundados sobre seus benefícios, especialmente nos países que, hoje, são conhecidos como desenvolvidos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, solidificou essa visão ao consagrar a educação como um direito de todos, com o ensino elementar gratuito. Desde então, os esforços globais e nacionais têm se concentrado na universalização da educação básica, na melhoria da qualidade do ensino e na erradicação do analfabetismo. Após um grande avanço, observa-se, no Brasil, uma escolaridade média de 10 anos de estudos, porém, em cada 100 pessoas com 25 anos ou mais, 45 não concluíram o Ensino Médio.²

Diversos estudos já identificaram a importância de se promover mais e melhor escolaridade, tanto para a sociedade (com evidências de aumento do PIB em países que aumentam a escolaridade média) quanto para o indivíduo, impactando diretamente na renda, empregabilidade e qualidade das ocupações. De forma menos direta ou indireta, os ganhos individuais vão além do financeiro, abrangendo saúde, segurança, participação social e engajamento cívico.

Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA) emergem como instrumentos essenciais para garantir que todos os brasileiros, independentemente da idade, tenham acesso a essas oportunidades. Este artigo selecionou as informações-chave do estudo Impacto da Conclusão da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos sobre Indicadores do Mercado de Trabalho no Brasil, 2025, que visa preencher uma lacuna importante na pesquisa sobre o tema, ao investigar o retorno econômico individual da conclusão da AJA ou de uma etapa de ensino na EJA, buscando sua relação de causalidade com a renda. O objetivo é oferecer subsídios para decisões de investimento na educação de jovens e adultos.

¹ O estudo original, Conclusão da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos sobre Indicadores do Mercado de Trabalho no Brasil (Fabiana de Felicio, 2025), que deu origem a este artigo, foi desenvolvido em uma consultoria para UNESCO.

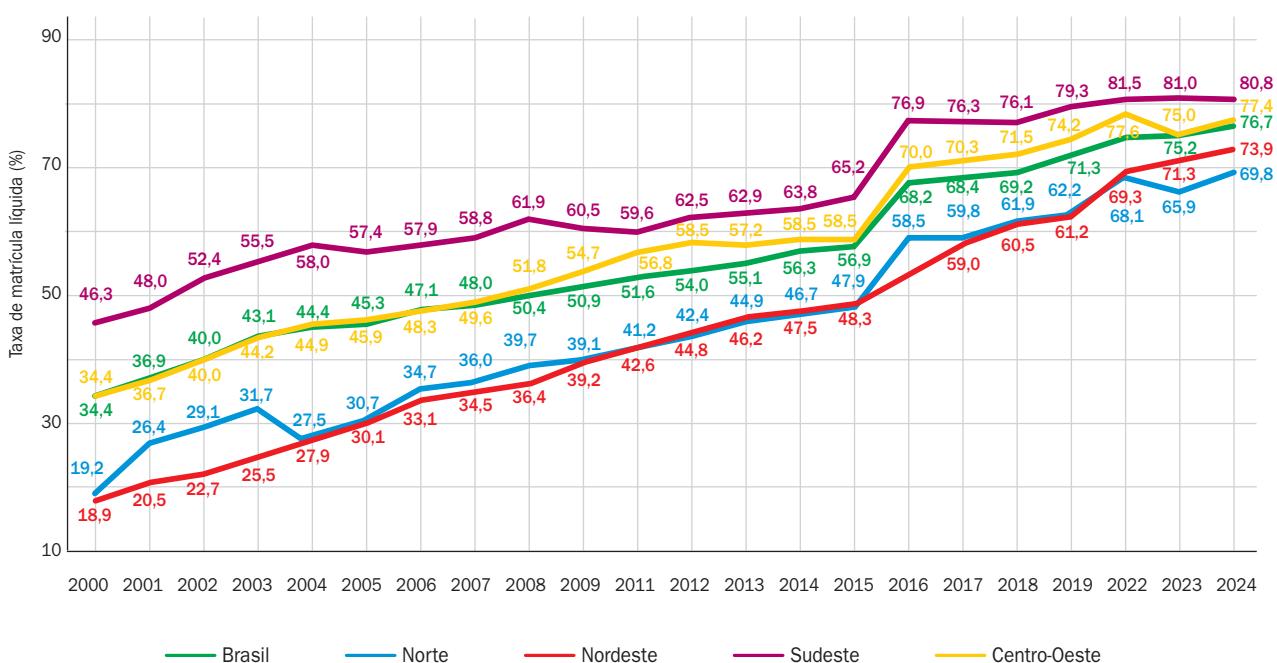
² Dados da PNADc/ IBGE, de 2024, para pessoas de 25 anos ou mais.

O desafio da escolaridade de adultos no Brasil

O Brasil testemunhou uma expansão gradual do acesso escolar a partir de meados do século XX, com uma aceleração significativa nas últimas décadas, especialmente para crianças e jovens. A taxa de atendimento escolar de 6 a 14 anos, por exemplo, saltou de 75,5% em 1991 para 96,7% em 2010. No entanto, altas taxas de reprovação e evasão escolar persistiram, resultando em um atraso educacional considerável para muitos jovens adultos.

Para ilustrar essa realidade, observe na Figura 1 o progresso na taxa de matrícula líquida do Ensino Médio, que mostra o percentual de jovens entre 15 e 17 anos (idade indicada para o Ensino Médio) que frequenta essa etapa. Houve um grande avanço geral, mas desigualdades regionais persistem. A taxa de matrícula líquida no Ensino Médio do Brasil cresceu 126% em 24 anos, indo de 34% para 77%. Porém, em 2024, a região Sudeste atingiu 80,8% de matrícula líquida, enquanto a região Norte apresentava apenas 69,8% (13,6% menor), ainda que essa diferença venha diminuindo, já que no ano 2000 a diferença era de 19% no Norte e 34% no Sudeste (44% menor).

Figura 1. Evolução da taxa de matrícula líquida do Ensino Médio para o Brasil e macrorregiões, entre os anos 2000 e 2024



Fonte: Censo Populacional, PNAD 2000-2015 e PNADc 2016-2024 / IBGE. Tabulação própria.³

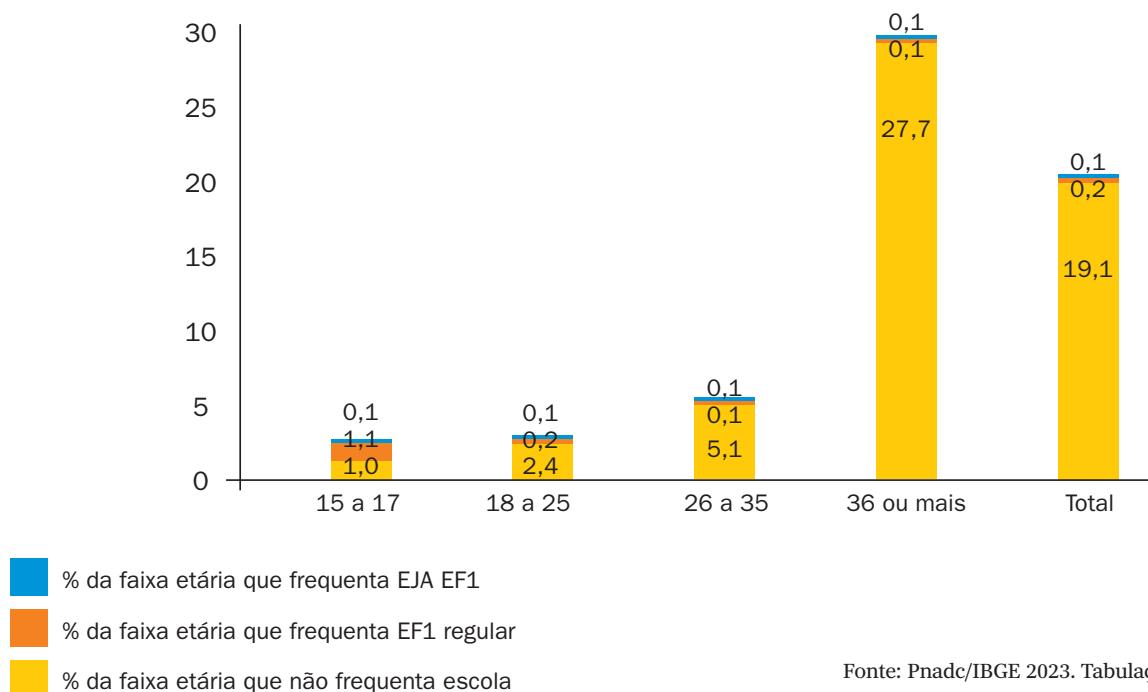
³ Importante destacar a mudança de metodologia entre a PNAD e a PNAD contínua, em especial destaca-se a inclusão da área rural da Região Norte na coleta de dados.

Diante dessa expansão do atendimento, da melhora do fluxo escolar e da taxa de conclusão da educação básica, qual é o atual público potencial da EJA?⁴

As gerações que frequentaram, ou deveriam ter frequentado a escola, há duas décadas ou mais, vivenciaram um período de grande exclusão educacional e, por isso, grande parte não concluiu a educação básica. Apesar dos avanços, mesmo entre jovens adultos ainda há um grande contingente de pessoas que não concluíram a educação básica na idade apropriada, e também vão compor o público potencial da EJA e da AJA. Em 2023, por exemplo, 35 de cada 100 jovens brasileiros não haviam concluído o Ensino Médio até os 20 anos. Essa realidade é ainda mais grave em alguns grupos, como moradores de áreas rurais, das regiões Norte e Nordeste, e entre pessoas pretas, pardas e indígenas (PPI).

Nas Figuras 1 e 2 estão apresentados dados relativos à essa parcela da população que não concluiu os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Entre a população de 15 anos ou mais, 19,3% não concluíram os Anos Iniciais, mas entre as pessoas com 36 anos ou mais esse percentual sobrepõe para 28%. Como apresentado na Figura 2, apenas no grupo de 15 a 17 anos, a parcela desse público que frequenta a escola é significativa, sendo de mais de 50% do que não concluíram o EF1.

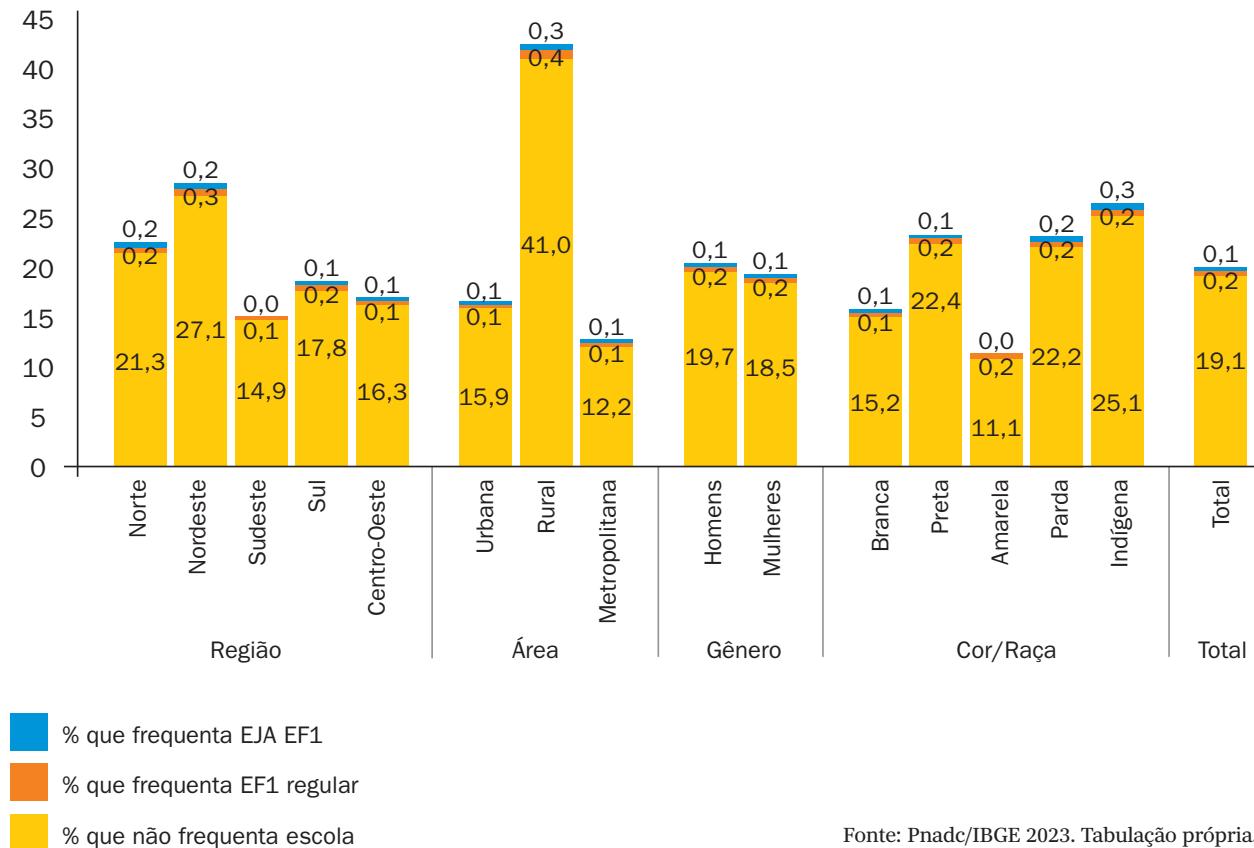
Figura 2. Frequência à escola das pessoas de 15 anos ou mais que não concluíram o EF1, segundo faixa etária



⁴ São consideradas do público potencial para cursar os Anos Finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio na EJA, as pessoas que concluíram a etapa de ensino anterior, ou seja, têm a escolaridade necessária para cursá-la, porém não o fizeram até a idade recomendada (mínimo de 15 anos para cursar os Anos Finais e 18 anos para o Ensino Médio).

Nas áreas rurais, a parcela que não concluiu o EF1 entre os que tinham de 15 anos ou mais é de 42%, enquanto nas áreas urbanas é de 16%. Para pretos, pardos e indígenas, supera os 20%, e na Região Nordeste chega a quase 30%. Destes não concluintes, apenas 0,3% frequenta a escola, em média, o que representa 1% dos que não concluíram o EF1 – variando entre 0,1% e 0,7% do total, a depender do grupo (ver Figura 3).

Figura 3. requência à escola das pessoas de 15 ou mais que não concluíram o EF1, segundo grupo de característica. Macrorregião, área urbana ou rural, gênero, cor/raça e total

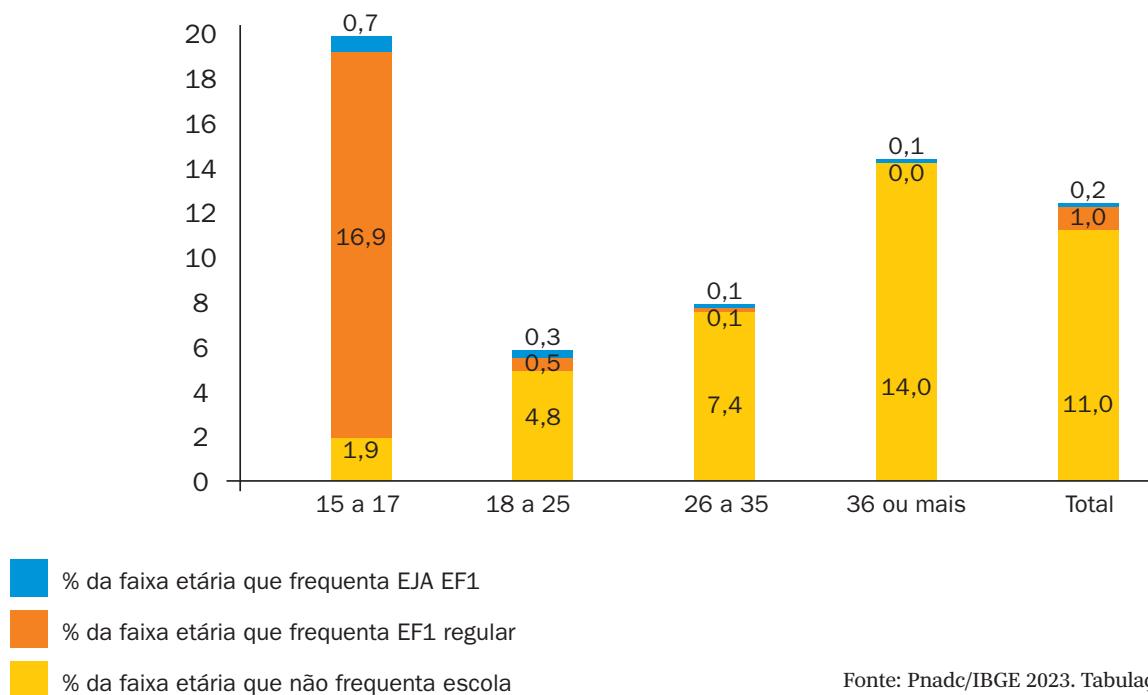


As Figuras 4 e 5 referem-se à parcela da população que concluiu os Anos Iniciais, mas não concluiu os Anos Finais do Ensino Fundamental. E as figuras 5 e 6 referem-se à parcela que concluiu o Ensino Fundamental, mas não concluiu o Ensino Médio. Esses dados reforçam o grande potencial de público para a EJA e a AJA. Importante ressaltar ainda, que os grupos mais jovens ainda têm um grande percentual que frequenta a escola, portanto, muitos ainda devem concluir as etapas de ensino que frequentam.

Na Figura 4, ressalta-se que, no grupo de 15 a 17 anos, 17,6% frequentam os Anos Finais do Ensino Fundamental, e 1,9% não concluiu a etapa e não frequenta mais a escola. De 18 a 25 anos, 4,8% concluíram os Anos Iniciais, mas não concluíram os Anos Finais e não frequentam mais a escola, percentual que chega a 14% no grupo de 36 anos ou mais, representando quase a totalidade dos que não concluíram o Ensino Fundamental.

Já a Figura 5 apresenta a condição de frequência à escola para esse mesmo grupo de 15 anos ou mais que não concluiu o Ensino Fundamental, segundo grupos de característica sociodemográficas. Ainda que as desigualdades pareçam diminuir nesse grupo, é importante lembrar que as desvantagens observadas no grupo anterior, dos que não concluíram os Anos Iniciais, não são computadas nestas análises, pois aqui se observa apenas o grupo que concluiu a etapa anterior. Ainda assim, persistem algumas desigualdades entre pessoas das áreas rural e urbana, por grupo de cor/raça e entre homens e mulheres.

Figura 4. Frequência à escola das pessoas de 15 anos ou mais que concluíram o EF1 e não concluíram o EF2, segundo faixa etária



Para o grupo de pessoas de 18 anos ou mais, que concluiu o Ensino Fundamental, mas não concluiu o Ensino Médio, as considerações são bastante similares. Os dados estão apresentados nas figuras 5 e 6. Como a faixa de idade mais nova foi elevada nesse caso para 18 a 25 anos, o percentual que frequenta a escola se reduz na faixa mais jovem, relativamente ao recorte anterior, porém ainda é o único grupo em que há uma dimensão expressiva no percentual que ainda não concluiu o Ensino Médio, mas deve concluir-lo, já que 36% do que não concluíram a etapa ainda frequentam o Ensino Médio. Nos outros dois grupos, 4,7% e 1,8% dos que terminaram o fundamental, mas não terminaram o médio, estavam frequentando a escola, divididos quase igualmente entre ensino regular e EJA, de acordo com os dados da PNAD.

Figura 5. Frequência à escola das pessoas de 15 anos ou mais que concluíram o EF1 e não concluíram o EF2, segundo grupo de característica. Macrorregião, área urbana ou rural, gênero, cor/raça e total

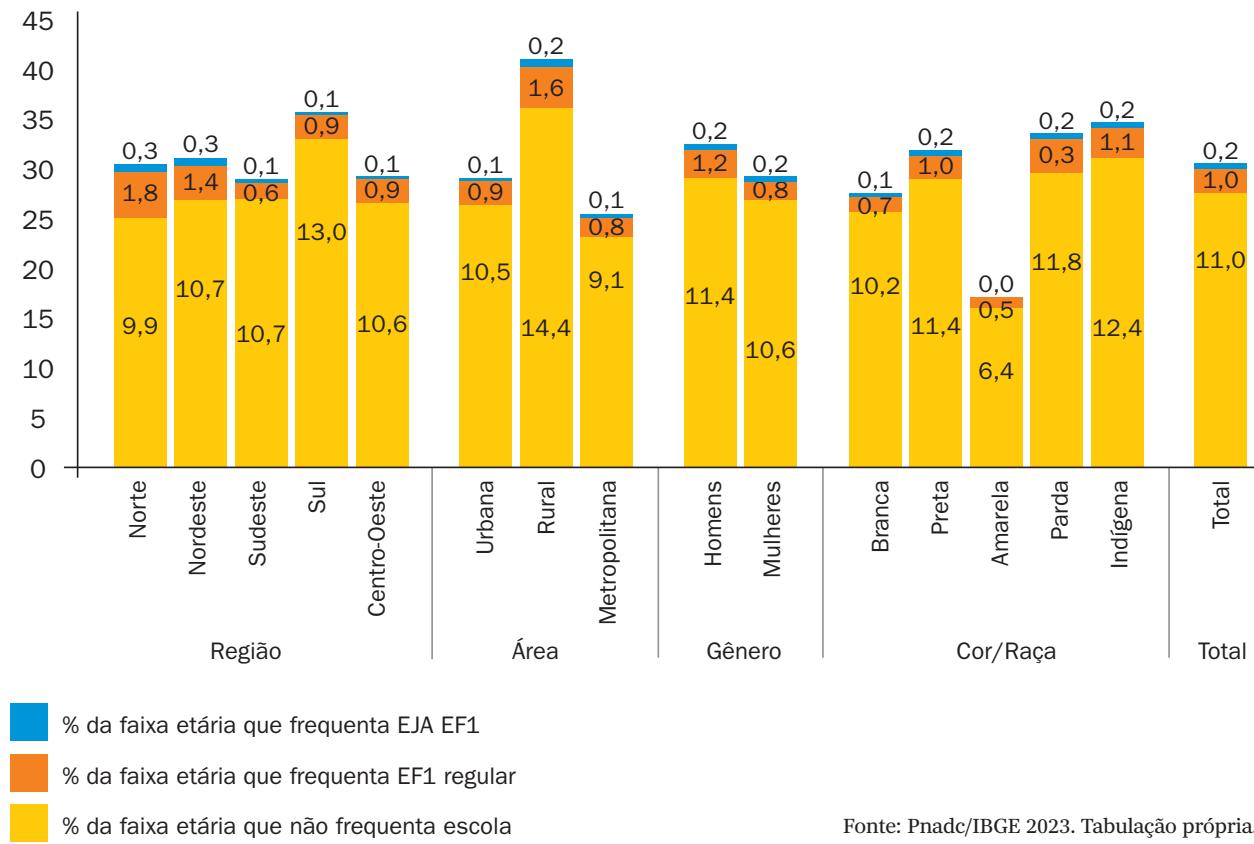
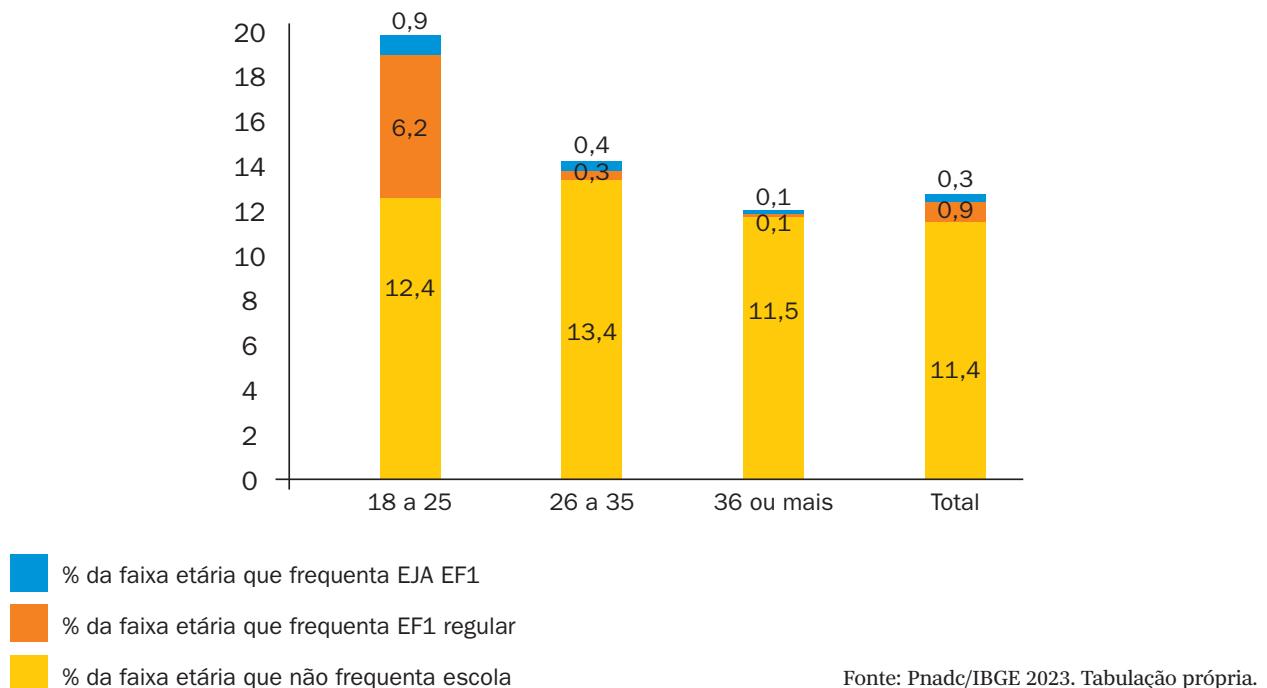
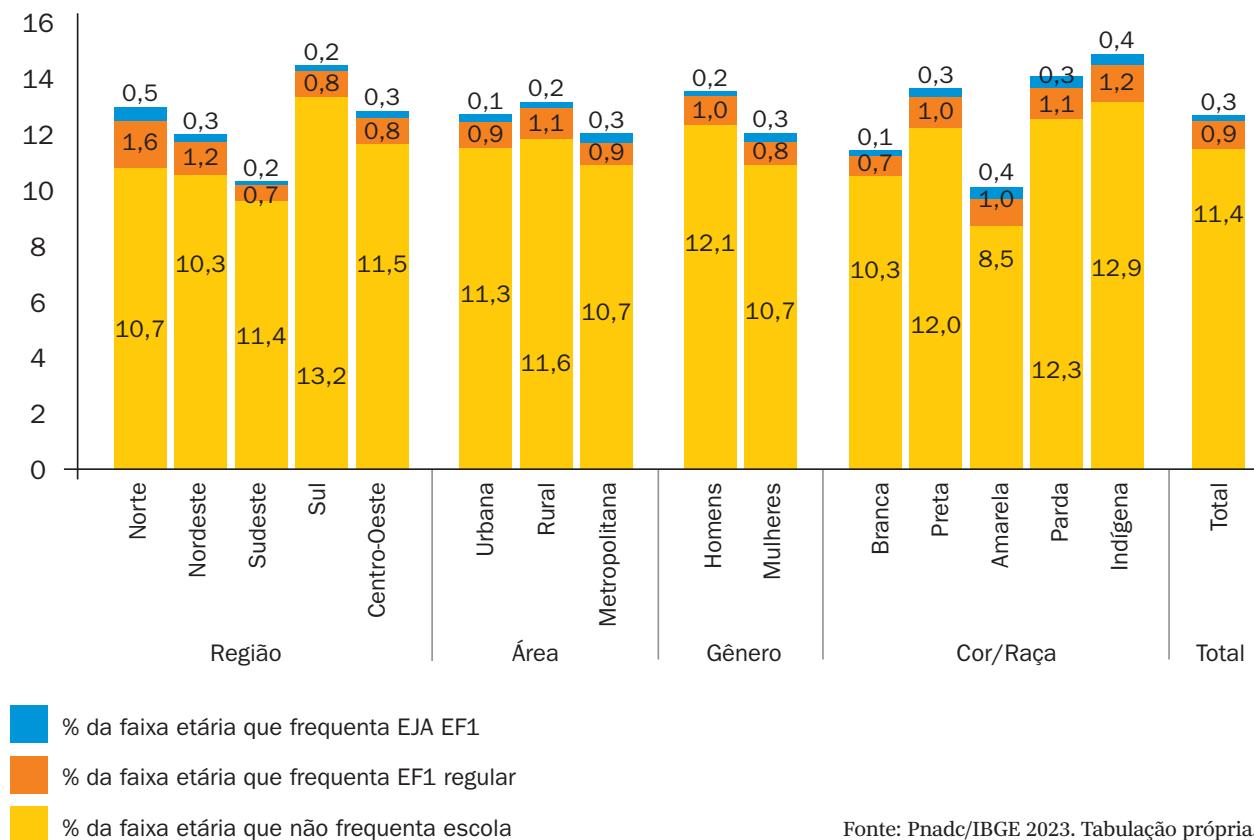


Figura 6. Frequência à escola das pessoas de 18 anos ou mais que concluíram o EF2 e não concluíram o Ensino Médio, segundo faixa etária



Na Figura 7, observa-se, sem minimizar os efeitos cumulativos, que a desigualdade entre moradores das áreas rural e urbana já não têm mais destaque, tampouco as diferenças regionais. Persistem as diferenças de gênero e de cor/raça.

Figura 7. Frequência à escola das pessoas de 18 anos ou mais que concluíram o EF2 e não concluíram o Ensino Médio, segundo grupo de característica. Macrorregião, área urbana ou rural, gênero, cor/raça e total



Da análise geral dos dados apresentados, tem-se que, apesar desse vasto público potencial, uma grande parcela de adultos com escolaridade defasada não frequenta a escola, e uma parcela ainda menor busca as modalidades específicas de EJA/AJA. Este estudo busca entender se essa baixa participação pode estar relacionada à inexistência de benefícios de continuar os estudos, ou a um desconhecimento de que a conclusão dessas etapas pode trazer retorno econômico.

A metodologia por trás dos resultados: entendendo o impacto real

Para medir o verdadeiro impacto da EJA e da AJA, é essencial ir além da simples correlação e buscar uma relação de causalidade. Pessoas que procuram educação

adicional podem ter características ou motivações intrínsecas que já as colocariam em uma posição vantajosa no mercado de trabalho. Para contornar esse “viés de participação”, o estudo empregou a metodologia de *Propensity Score Matching* (PSM).

Em termos simples, o PSM possibilita a comparação de indivíduos que concluíram uma etapa da EJA ou da AJA (o grupo “tratado”) com outros indivíduos que não cursaram aquela etapa de ensino, ou que concluíram no ensino regular (o grupo “controle”), mas que teriam probabilidade semelhante de serem do grupo de tratados, de acordo com suas características observáveis semelhantes (idade, gênero, raça/cor, região em que vive, se vive em área rural, e ano da pesquisa). Ao parear esses grupos de maneira criteriosa, é possível isolar o efeito da educação, estimando o ganho para os participantes, relativamente ao grupo controle, mais próximo do verdadeiro, ou seja, minimizando o viés de participação.

Os dados utilizados para esta análise são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) do IBGE, abrangendo o período de 2021 a 2024 (e 2021 a 2023 para a AJA devido a mudanças nos dados). A PNADc é uma fonte robusta de informações, que permite relacionar dados educacionais com informações do mercado de trabalho no Brasil, de cada indivíduo amostrado.

O estudo avaliou o impacto da conclusão da AJA e das etapas da EJA (Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, e Ensino Médio) sobre quatro indicadores-chave do mercado de trabalho:

- **Renda do trabalho:** o logaritmo da renda mensal normalmente recebida.
- **Probabilidade de estar ocupado:** se o indivíduo tem ou não um trabalho.
- **Probabilidade de ter um trabalho formal:** se possui carteira assinada, é estatutário, militar ou contribui para a previdência.
- **Probabilidade de ter uma ocupação de qualidade:** se é ocupado, recebe pelo menos um salário mínimo e trabalha até 44 horas semanais.

Principais resultados: a educação que abre portas no mercado de trabalho

Os resultados do estudo revelam impactos significativos e importantes da conclusão da EJA e da AJA sobre as condições de trabalho e renda dos indivíduos. A seguir, apresentamos um resumo dos principais impactos encontrados.⁵

⁵ As estimativas para a EJA EF1 (Anos Iniciais do Ensino Fundamental) não foram analisadas em detalhes devido ao número insuficiente de casos.

Análises detalhadas dos principais resultados encontrados⁶

Impacto da Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA)

- **Renda:** a conclusão da AJA demonstra um ganho significativo na renda média, de 16,3% para o grupo entre 18 e 60 anos. Para aqueles com 46 a 60 anos, esse impacto é ainda maior, chegando a 23,3%. Isso reforça o poder transformador da alfabetização, mesmo em idades mais avançadas.
- **Formalidade e qualidade da ocupação:** a AJA aumenta a probabilidade de ter uma ocupação formal em 7,7 pontos percentuais (pp) e de ter uma ocupação de qualidade em 2,3 pp para o grupo geral.

Impacto da EJA Ensino Fundamental (EF2)

- **Renda:** para quem concluiu os Anos Finais do Ensino Fundamental na EJA, a renda média é 4,6% maior do que para aqueles que pararam de estudar após concluir os Anos Iniciais. Esse impacto é particularmente notável para o grupo de 26 a 35 anos, com um aumento de 14,9% na renda.
- **Formalidade e qualidade da ocupação:** a conclusão da EJA EF2 aumenta a probabilidade de ter um trabalho formal em 6,6 pp e uma ocupação de qualidade em 3,2 pp para o grupo completo de 18 a 60 anos.
- **Comparação com o ensino regular:** ao comparar a conclusão do Ensino Fundamental na EJA com a conclusão no ensino regular, os resultados para a maioria dos indicadores (probabilidade de estar ocupado, ocupação formal e qualidade) não mostraram diferenças estatisticamente significativas para o grupo de 18 a 60 anos. Apenas entre os de 18 a 25 anos, há uma menor probabilidade de estar ocupado entre os que concluíram a EJA EF2 (-11,2 pp) – o que parece condizente com o fato de uma parcela ainda estar estudando. Esse resultado pode ser visto como positivo, pois sugere que, apesar da EJA ter uma duração menor (metade do tempo do ensino regular em alguns casos) e atender a um público com desafios específicos, ela está conseguindo equiparar os resultados no mercado de trabalho em termos de formalidade e qualidade da ocupação entre aqueles que cursam a modalidade e os que cursam o ensino regular. Para a renda, o ensino regular ainda apresenta uma vantagem, especialmente para os mais velhos, mas a diferença entre o retorno da EJA e do regular nos Anos Finais do Fundamental, deixa de ser significativa nos grupos mais jovens.

Impacto da EJA Ensino Médio (EM)

- **Renda:** a conclusão do Ensino Médio na EJA eleva a renda mensal em 6%, em média, para o grupo de 18 a 60 anos em comparação com quem parou no Ensino Fundamental.

⁶ Todos os resultados destacados nesta seção foram estatisticamente significativos ao nível de 10% ou menos.

O maior impacto é observado na faixa de 26 a 35 anos, com um aumento de 10% na renda e não foi estatisticamente significativo apenas na faixa de 46 a 60 anos.

- **Formalidade e qualidade da ocupação:** aumentos robustos também foram identificados na probabilidade de ter uma ocupação formal (+9,4 pp) e uma ocupação de qualidade (+3,3 pp) para o grupo completo, com impactos positivos em todas as faixas etárias avaliadas.
- **Comparação com o ensino regular:** ao contrário do EF2, a conclusão do Ensino Médio na EJA, quando comparada à conclusão no ensino regular, ainda apresenta menores retornos. A renda pode ser 13% menor para quem conclui o EM na EJA, com diferenças também observadas na probabilidade de ocupação formal (-3,6 pp) e de ter uma ocupação de qualidade (-3,5 pp).

Tabela resumo das estimativas: retorno econômico da EJA e da AJA no Brasil (18 a 60 anos)

Etapa concluída	Alfabetização de Adultos	EJA Anos Finais do Fundamental	EJA Anos Finais do Fundamental	EJA Ensino Médio	EJA Ensino Médio
Comparado a...	Não saber ler/ escrever e não estudar	Ter concluído Anos Iniciais e parado	Ter concluído EF2 no ensino regular	Ter concluído fundamental e parado	Ter concluído EM no ensino regular
Impacto na renda (em média)	+16,3%*** (18-60 anos)	+4,6%** (18-60 anos)	-6,3%*** (18-60 anos)	+6,0%*** (18-60 anos)	-13,0%*** (18-60 anos)
Impacto na prob. de ocupação (em pp)	-1,5 pp (não significativo)	+0,4 pp (não significativo)	-0,8 pp (não significativo)	+0,2 pp (não significativo)	-0,6 pp** (18-60 anos)
Impacto na prob. de ocupação formal (em pp)	+7,7 pp*** (18-60 anos)	+6,6 pp*** (18-60 anos)	+0,5 pp (não significativo)	+9,4 pp*** (18-60 anos)	-3,6 pp*** (18-60 anos)
Impacto na prob. de ocupação de qualidade (em pp)	+2,3 pp* (18-60 anos)	+3,2 pp*** (18-60 anos)	+0,9 pp (não significativo)	+3,3 pp*** (18-60 anos)	-3,5 pp*** (18-60 anos)
Observações principais	Maior retorno percentual na renda, especialmente para maiores de 45 anos (+23,3%). Retornos robustos.	Impacto na renda é significativo e mais forte para jovens adultos (26-35 anos: +14,9%). Aumenta a formalidade e qualidade da ocupação.	A ausência de diferença significativa na probabilidade de ocupação formal e de qualidade sugere que a EJA está entregando resultados médios próximos do ensino regular.	Impactos positivos na renda, formalidade e qualidade da ocupação para todas as faixas etárias (exceto renda para 46-60 anos).	O Ensino Médio regular ainda supera a EJA em termos de renda, probabilidade de ocupação formal e de qualidade, em especial para faixas etárias mais velhas.

Notas: (a) Estimado por PSM, dados da PNADc 2022 a 2024,2º trimestre, e PNADc 2021, 3º trimestre, devido à mudança metodológica durante o auge da pandemia de covid-19. (b) Foram consideradas como tendo ocupação Formal aquelas pessoas que trabalharam na semana de referência e estavam cobertas por proteção social via previdência do setor público ou INSS. (c) Foi considerada como ocupação de qualidade aquela que tem jornada de no mínimo 44 horas/semanais, pela qual recebe 1 salário mínimo ou mais por mês. (d) Nível de significância das estimativas: *** p<0.01; ** p<0.05; * p<0.1

Considerações finais e implicações para políticas públicas

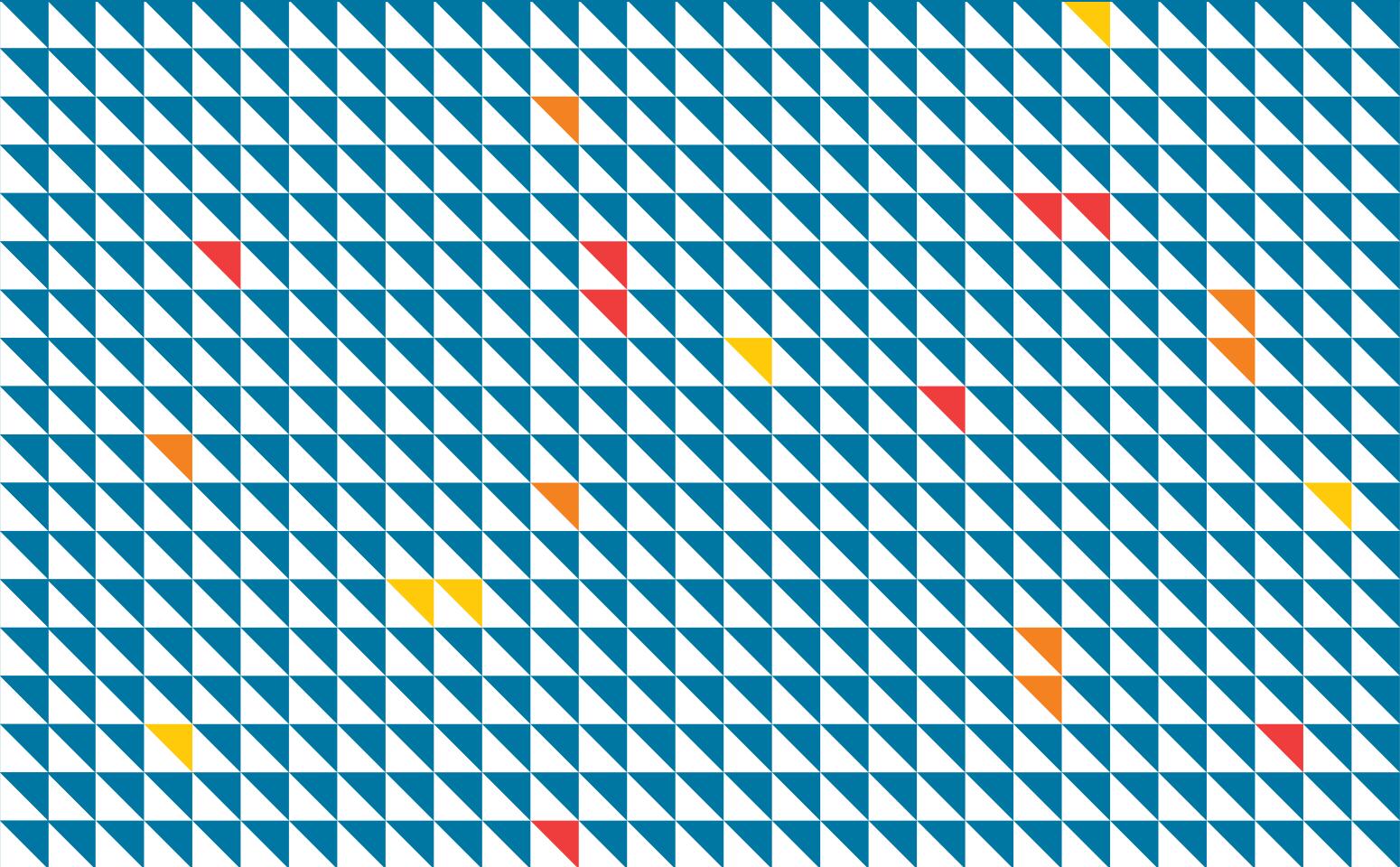
Os resultados deste estudo reforçam a importância estratégica da educação de jovens e adultos no Brasil. Os expressivos contingentes de pessoas aptas a cursar a alfabetização e as etapas da EJA, somados aos retornos econômicos positivos identificados, indicam um vasto potencial para a expansão dessas modalidades de ensino. Os ganhos ao longo da vida parecem ser suficientes para justificar os custos de curto prazo do retorno aos estudos, especialmente para os grupos de idade mais jovens.

Para secretários de educação e gestores públicos, este estudo oferece evidências sólidas de que o investimento na EJA e AJA traz benefícios concretos para os indivíduos e, consequentemente, para o desenvolvimento social e econômico regional e do país. O aumento da renda, da formalidade e da qualidade das ocupações não só melhora a qualidade de vida das pessoas, como também contribui para a produtividade e a redução da pobreza e desigualdade.

Ainda assim, o fato de que poucos do público potencial efetivamente frequentam a EJA levanta questões cruciais. É fundamental investigar os motivos dessa baixa frequência do ponto de vista desse público. As possibilidades incluem:

- **Falta de oferta:** insuficiência de vagas ou de oferta em horários e locais que atendam à realidade dos trabalhadores e adultos.
- **Desconhecimento dos benefícios:** o público potencial pode subestimar ou desconhecer os retornos econômicos e sociais de voltar a estudar.
- **Barreiras práticas:** dificuldade em conciliar trabalho e estudo, questões de segurança, custos de deslocamento e falta de apoio financeiro.

Compreender e mitigar essas barreiras é o próximo passo crucial para maximizar o impacto da EJA e da AJA. Este estudo, ao quantificar os benefícios, serve como um poderoso argumento para que gestores e formuladores de políticas públicas priorizem e invistam em estratégias que facilitem o acesso e a permanência de adultos na educação, promovendo um futuro mais próspero e equitativo para todos os brasileiros.



Pacto pela
Superação do
Analfabetismo
e Qualificação na Educação
de Jovens e Adultos

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Cooperação

